

Reforma Constitucional

Moacir Amaral

*Viver, eu suponho,
É chicotear a realidade
Montado no sonho.*

Álvaro Posselt

Ciente da grave crise política, econômica e social que vivemos hoje tomo a liberdade de escrever para esse veículo de comunicação na expectativa de alcançar, não só os seus inúmeros leitores, mas em especial aqueles que nos representam no Congresso Nacional e que têm o poder efetivo de propor, discutir, aprovar e implementar reformas na nossa estrutura institucional política e social.

Não sou ingênuo, sei que chegamos onde chegamos porque nós todos quisemos isso ou, ao menos, fomos coniventes com os acontecimentos. A crise que vivemos hoje é uma crise de valores humanos, sim, nossas instituições não são diferentes do que nós somos, pois somos nós que damos vida a elas; nossos valores e nossos comportamentos são os valores e comportamentos (ações) das nossas instituições.

Sei bem que qualquer transformação social profunda só será efetiva se o ser humano se transformar profundamente e, daí, decorrer a mudança institucional. Concordando com o jornalista e consultor político Gaudêncio Torquato, em seu artigo na Folha de São Paulo de 21-10-15 em Tendências e Debates nos chamando a atenção para “A vaca, o vampiro e o Pinóquio” que, enquanto prevalecerem nos Poderes da República (e em qualquer instância da vida pública) não teremos uma solução real para o País e nossa sociedade humana. Sem uma mudança radical na Visão, Valores e Comportamentos e Práticas humanos (Educação, não é?), não temos como evitar a decadência e degeneração institucional e política de uma Nação. Serve para a situação mundial.

Ninguém discorda da necessidade de reescrevermos nossa democracia e encontrarmos um modo mais justo e abrangente de representatividade e governabilidade, menos afeito ao desperdício e ao compadrio. Sabemos que a corrupção é expressão dos valores morais que o indivíduo traz consigo em sua história pessoal e familiar e que aparecem de acordo com as circunstâncias, e que isso não vai mudar se não houver uma decisão pessoal, individual de não aceitar a corrupção em hipótese alguma. Como colocou o escritor Eduardo Portella (Tendências e Debates, Folha de São Paulo de 5-11-15): “Como podem reformar logo aqueles que precisam ser reformados?”

Somos aconselhados a não julgar e a nunca afirmar “desta água não beberei”; com Goethe sabemos que, sendo humanos, temos a possibilidade de cometer qualquer crime. Se vamos ou não os cometer não depende somente das inúmeras circunstâncias, mas, também, e principalmente, da coragem de nos mantermos íntegros independente das circunstâncias. Cada um sabe *a dor e a delícia de ser o que é* (Cartola), mas ser fiel à verdade do próprio coração e da mente, e não ceder aos condicionamentos e ambições diversas que nos transformam em “maria vai com as outras” na manada humana é o nosso desafio primeiro, na construção de uma nova sociedade humana. Se vamos sonhar, comecemos com a possibilidade da integridade humana, pois necessitamos de uma ação clara, ampla, límpida e transparente que só nasce da integridade de ser humano, ou seja, de sua inteireza (educação verdadeira, não é?).

Minha intenção aqui é trazer ao campo institucional, político e social **a visão** de uma reforma possível, que poderá trazer benefícios à Nação e, conseqüentemente, a todos nós. Na verdade, é um convite para examinarmos nossa estrutura política, iniciando um debate amplo e, se for o caso, nos propormos à modifica-la, dentro do convite fundamental de optarmos pela integridade e negação absoluta e radical da corrupção, sem a qual nenhuma reforma institucional terá efeito real.

A pergunta que vem à tona é: “O que podemos fazer dentro do nosso sistema democrático presidencialista? ” Acostumados ao pensamento dualista, vemos as coisas em termos de esquerda ou direita; de oposição versus situação. Onde cada um acaba ocupando ou um lugar ou outro, mas sempre olhando para seu próprio umbigo, defendendo suas ideias e seus interesses pessoais ou de seu grupo, inviabilizando um verdadeiro diálogo e cooperação entre as diferentes visões de mundo. Somos sempre condicionados a aceitar que se um lado é bom, o outro é ruim. E nunca vamos além disso. Podemos até mudar de lado (em geral por conveniência), mas nunca trabalhamos juntos.

Entendo que se não encontrarmos uma forma que nos coloque em posição de cooperar uns com os outros, visando um bem maior – no caso, o bem-estar de toda a população –, não vamos conseguir ir muito longe, pois a decadência moral e institucional só tende a aumentar e os abismos sociais vão se tornando intransponíveis, o que só pode mesmo culminar em guerra e destruição.

É óbvio, nestas alturas, que parto do princípio que o **diálogo e a cooperação** entre as diferentes visões de mundo, esquerda e direita, situação e oposição são um passo importante na busca da solução para a crise que vivemos. Uma estrutura de governo que facilite esse diálogo e cooperação permanente já ajudaria um pouco, não? Sim, nunca é demais repetir que se as pessoas se negam ao diálogo e a trabalharem juntas para um bem comum e maior, aferrando-se aos seus pontos de vista exclusivos e intolerantes, de nada adiantará uma estrutura que proponha algo diferente, por mais perfeita que seja.

Na minha ingenuidade de médico e terapeuta trabalhando há mais de trinta anos para o autoconhecimento e desenvolvimento humano, acredito que o amplo debate para uma

mudança estrutural institucional possa ser o começo de uma “educação verdadeira” para os valores e comportamentos necessários à transformação social radical que necessitamos.

No Legislativo isso já poderia acontecer bastando para isso que nossos representantes assim o quisessem isso, pois elegemos representantes das mais diversas visões e correntes político ideológicas que, supostamente, trabalham juntos e mantém um diálogo permanente, por força de sua função, e poderiam cooperar para o bem comum se assim o quisessem. Não é o que vemos acontecer, pois o que vemos é que os congressistas se juntam em blocos para defender seus interesses pessoais imediatos, ou interesses do Partido, uma vez que o andamento das propostas é sempre aprovado por votos de maiorias.

Minha primeira proposição é aqui: que no Legislativo as aprovações de quaisquer medidas, projetos e leis fossem sempre por **Consenso** e nunca pelo voto da maioria. As discussões poderiam demorar muito, bastante tempo, sim, mas isso não seria problema, uma vez que a Casa legislativa cuida do duradouro, e não do imediato. É certo que teríamos, como congressista, que aprender a pensar em conjunto e expressar nossa visão de mundo em um diálogo construtivo – o que não nega a destruição de argumentos falsos e falácias, assim como o desmascarar de interesses pessoais ou grupais que se postulem em detrimento do bem comum –, mas realmente construiríamos algo juntos, com a participação e voz de todos. Isso vale para todas as casas legislativas, desde as Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas Estaduais até o Congresso Nacional.

Essa prática do **Consenso** seria uma verdadeira Escola de Educação Política e Social para nossos representantes, que estariam assim, cada vez mais bem preparados para lidar com a coisa pública. Daí decorre minha segunda proposição, que é uma espécie de “plano de carreira” para aqueles que se sentem vocacionados para o manejo da coisa pública. Todos iniciariam a vida pública em suas cidades, conquistando mandatos como Vereador; pelo menos dois mandatos como vereador daria o direito a se candidatar como Prefeito de sua municipalidade, ou candidatar-se a Deputado Estadual. Pelo menos dois mandatos como Deputado Estadual daria o direito de se candidatar ao Governo do Estado, ou candidatar-se à Deputado Federal. Pelo menos dois mandatos como Deputado Federal, daria o direito de se candidatar à Presidência da República, ou candidatar-se à Senador. Vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores poderiam candidatar-se à reeleição. Os chefes do executivo, Presidente, Governadores e Prefeitos, não. Por falar nisso, mandatos em todas as instâncias e cargos seriam de 5 anos.

As eleições (não obrigatório o comparecimento às urnas; pois não se faz democracia com voto obrigatório) para o Executivo seriam em dois turnos e os dois candidatos à Presidência, por exemplo, mais votados, disputariam, na verdade, os cargos de Presidente (o vencedor) e Vice-Presidente (o perdedor) e comporiam um governo onde a voz da maioria dos eleitores estaria assim representada, ambos escolados na prática do **Consenso** (pela vivência anterior no Congresso Nacional e Câmaras estaduais e municipais) para o bem de todos. Sendo necessário reescrevermos as atribuições da vice-presidência, para que realmente tenha participação efetiva nos rumos do governo, defendendo os interesses de seus eleitores

diante da tarefa maior de construir o Bem Comum. Isso vale para as prefeituras e, naturalmente, para o governo dos estados, constituindo-se também em uma verdadeira Escola de Educação Política e Social para governantes. Os cargos de Presidente, Governador e Prefeito não permitem reeleição, mas nada impede os vices de voltar a se candidatar para o cargo maior.

Presidentes, governadores e prefeitos após seus mandatos, fariam parte, automaticamente, de um Conselho de Ex-Presidentes, Conselho de Ex-Governadores do Estado (cada estado com seus ex), Conselho de Ex-Prefeitos do Município (cada município com seus ex), sendo esses Conselhos de caráter Consultivo e não Deliberativo, tendo voz, mas não voto nas deliberações da Presidência, dos Governos e da Prefeituras respectivamente. Sendo que Ex-governadores e Ex-Prefeitos podem continuar na carreira política almejando os cargos para os quais estão capacitados. E os Ex-Presidentes terminam sua carreira pública no Conselho de Ex-Presidentes, cuja posição é vitalícia. Ganhando o direito de participar responsável e diretamente, com sua voz e experiência adquirida, dos rumos da Nação, que ajudou a definir durante seu mandato. É vetado aos ex-presidentes participar de qualquer outro cargo público ou em empresa privada após seu mandato presidencial, tendo uma remuneração justa, não superior à do vice-presidente em exercício, garantida até o fim de seus dias, por seu serviço como Conselheiro à Mesa de Governo Federal.

Todos concordam que a criação de Ministérios públicos e distribuição desses cargos no nosso país tem, na maioria das vezes, o fim de moeda de troca para conseguir apoios políticos e ampliação de bancada, raramente nos atendo à visão essencial do sentido e finalidade de um Ministério. Entendo que deveríamos ter o menor número de Ministérios necessários para abarcar, em sua atuação, todas as áreas da vida de uma Nação, sendo o Ministro de estado plenamente capacitado para sentar-se à Mesa de Governo e participar efetivamente com o presidente e o vice nas decisões **consensuais** que regem os rumos da Nação ouvindo, quando julgassem necessário, o Conselho consultivo de Ex-Presidentes. Última palavra estaria na mão da presidência – esse o sentido último de um regime presidencialista, não é?

Qual seria o número mínimo de Ministérios que poderiam ser base para uma atenção plena às necessidades da Nação? Abarcando as necessidades básicas de governança e zelando pelo bem comum, pelo bem-estar de todos, pela segurança e desenvolvimento nacional? Pois bem, me atrevo a numerar e nomear esses Ministérios essenciais, dentro dos quais e, em nível hierárquico inferior, estariam as Secretarias federais que se fizessem necessárias – dentro de um número máximo de secretarias semelhante ao número máximo de ministérios – para complementar o trabalho Ministerial.

Cinco seriam os Ministérios. Sim. Formariam um pentagrama que com o Presidente e Vice comporiam a Mesa de Governo Federal; as sete pessoas que cooperam e decidem os rumos do país, sob a batuta do Presidente e a escuta do Conselho de Ex-Presidentes. A saber: (1) Ministério da Paz; (2) Ministério do Progresso; (3) Ministério da Ordem; (4) Ministério da Saúde; e (5) Ministério do Bem-estar. A descrição da amplitude de cada Ministério é obra

para muitas cabeças trabalhando juntas, mas certamente podemos oferecer uma visão inicial e provisória do que se nos apresenta.

- 1- **O Ministério da Paz** cuida das relações exteriores e interiores, das Comunicações, comércio, negócios, transportes e distribuição para o bem comum. A Paz não é um fim em si mesma; é uma qualidade que aparece nas relações quando prevalece a **Verdade** e a transparência nas comunicações de toda espécie. Este Ministério zela para que todos os cidadãos tenham acesso à informação e aos bens e produtos da cultura e da sociedade. A educação primária e pré-escolar é de sua jurisdição federal e, guardando e respeitando as diferenças regionais, zela por um núcleo educacional básico humanista, sem distinção de raça, credo, e posição social para todos, sem exceção. Este Ministério encompassaria o que hoje é a Secretaria da Aviação Civil; a Secretaria da Comunicação Social; o Ministério dos Transportes; a Secretaria dos Portos; o Ministério das Relações Exteriores; o Ministério da Integração Nacional; o Ministério das Comunicações; e o Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior, por exemplo.

- 2- **O Ministério da Saúde** cuida dos básicos para a vida humana saudável, moradia, alimentação, vestuário, trabalho, esporte, lazer, produção e consumo, indústria, agroindústria, agricultura, economia e finanças, minas e energia, patrimônio de todos e base para o bem comum. O ensino médio e escolas técnicas estão sob sua jurisdição. Saúde, como a Paz, não é um fim em si mesma; é uma qualidade que aparece quando a **Beleza** norteia o equilíbrio e a harmonia entre as diversas polaridades presentes na sociedade e no ser humano, como desejo e necessidade, solidariedade e egoísmo por exemplo. Este Ministério encompassaria o que hoje é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão; o Ministério do Trabalho e Previdência; o Ministério de Turismo; o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; o Ministério de Minas e Energia; o Ministério do Esporte; parte do Ministério da Educação; o Ministério do Trabalho e Previdência; e o Banco Central, por exemplo.

- 3- **O Ministério da Ordem** cuida da segurança Nacional, legislação essencial e seus códigos, e da aplicação da lei, justiça social, instituições policiais, exército, instituições penais e tribunais de justiça. Ordem é a qualidade que aparece quando o princípio da **Igualdade** prevalece diante das leis e acordos sociais, aquilo que todos falamos, mas que não cumprimos: “Todos são iguais perante a lei”. O poder judiciário está na sua esfera de ação e zelo. Esse Ministério encompassaria o que hoje é o Ministério da Justiça; o Ministério da Defesa; a Secretaria de Governo; a Secretaria da casa Civil; a Advocacia Geral da União; e a Controladoria Geral da União, por exemplo.

- 4- **O Ministério do Progresso** cuida dos ideais da Nação e seus valores humanos, Cultura, Artes, Religiões, Ciência e Tecnologia, Pesquisa, Educação avançada, atualização constante e desenvolvimento de tecnologia de ponta, o que só faz sentido quando humanitário. Progresso é o desenvolvimento voltado para o florescimento humano, e suas instituições, em **Liberdade**; quando todos podem se beneficiar das conquistas e descobertas inovadoras que carregam a humanidade a um novo patamar de qualidade de vida. Este Ministério olha para o futuro. Este Ministério encompassaria o que hoje é o Ministério de Ciência Tecnologia e Educação; parte do Ministério de Educação; o Ministério da Cultura; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por exemplo.
- 5- **O Ministério do Bem-estar** cuida de todas as instituições de apoio, suporte e acolhimento humano nos cuidados para a vida e sobrevivência com o máximo de qualidade; hospitais, creches, asilos, igrejas, Fundações, ONGs para preservação e desenvolvimento de culturas locais e regionais, ambientalismo, estudos demográficos, povos indígenas, florestas e mananciais. Bem-estar é a qualidade que aparece quando o indivíduo pode brilhar socialmente em sua singularidade, carregando o Bem comum no seu coração e ação, prevalecendo a **Bondade**. Este Ministério encompassaria o que hoje é o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; o Ministério da Saúde; o Ministério do Meio Ambiente; e o Ministério das Cidades, por exemplo.

Entendo que uma mudança estrutural dessa ordem é assunto para uma Reforma Constitucional, onde poderíamos considerar também a mudança do lema da nossa Bandeira Nacional, nosso *lindo pendão da esperança*, cujo lema atual é “Ordem e Progresso” com isso dificultando a saúde maior da Nação, que nasce do equilíbrio entre polaridades. “Ordem” significa limite e contenção, ou seja, contração; e “Progresso” significa romper com os limites, extravasar, ou seja, expansão. Predominância da contração leva à paralisia e congelamento; predominância da expansão leva à dissolução de limites e instabilidade, ambos os polos fundamentais, mas insuficientes para o equilíbrio, porque unilaterais, podendo levar ao adoecimento do organismo pátrio em uma oscilação desmedida, sempre um querendo predominar sobre o outro, ou anulando um ao outro, de onde também advém a doença. O que precisamos é de um terceiro elemento que torne visível, nos chamando a atenção para o ritmo e harmonia necessário e fundamental para o equilíbrio saudável, o fator humano por excelência, para equilibrar a expansão e a contração, como acontece com o coração e respiração humana que encontram na alternância rítmica entre expansão e contração de seu acontecer a saúde de todo organismo. Daí proponho que nossa bandeira passe a ostentar o seguinte lema: **ORDEM, BEM-ESTAR E PROGRESSO**.

Assim, apresento uma contribuição para uma reforma constitucional em direção à uma governança enxuta e, aparentemente, facilitadora de uma transformação na cultura de governo e manejo da coisa pública nacional. Agradecido.